





Câmara Municipal de Mococa  
PODER LEGISLATIVO

PROTOCOLO			DESPACHO APROVADO
Número	Data	Rubrica	 CLAYTON DIVINO BOCH Presidente
239	02/02/2026		
<b>REQUERIMENTO N° <u>17</u> /2026.</b>			<b>EMENTA</b>
			Requer ao Executivo Municipal informações completas sobre a realocação de R\$ 4.342.614,08 (quatro milhões, trezentos e quarenta e dois mil, seiscentos e quatorze reais e oito centavos) da dotação orçamentária destinada ao transporte escolar, conforme o Decreto Municipal nº 6.817/2025.

**EXMO. SR. PRESIDENTE,**

**REQUEIRO** à Mesa, cumpridas as formalidades regimentais da Casa, após manifestação do Nobre Plenário, que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Mococa, Eduardo Ribeiro Barison, para que, através da Secretaria Municipal de Educação e da Secretaria Municipal de Finanças, encaminhe a esta Casa de Leis as seguintes informações:

O Decreto Municipal nº 6.817, de 30 de dezembro de 2025, que trata da abertura de Crédito Adicional Suplementar, promove a anulação de R\$ 4.342.614,08 da dotação orçamentária 12 361 0078 2037 - TRANSPORTE - ENSINO FUNDAMENTAL (Ficha 454). É fundamental destacar que este recurso é proveniente de transferências e recursos estaduais vinculados, o que levanta sérias dúvidas sobre a legalidade da sua realocação para outras finalidades, como o pagamento de pessoal, conforme previsto no Art. 1º do decreto. O montante de mais de R\$ 4,3 milhões é extremamente alto, e sua anulação sugere que o recurso não foi utilizado para o fim a que se destinava.

Diante disso, solicita-se que o Executivo Municipal esclareça:

1. Qual a justificativa técnica e legal para a anulação de R\$ 4.342.614,08 da dotação do Transporte Escolar, sendo este um recurso de Transferências Estaduais Vinculadas?
2. Por qual motivo este valor não foi utilizado para a sua finalidade correta (transporte escolar) no exercício de 2025?
3. Qual a situação atual dos pagamentos às empresas contratadas para a prestação do serviço de transporte escolar no município? Os pagamentos referentes ao exercício de 2025 e o início de 2026 estão rigorosamente em dia?
4. Qual o impacto desta realocação no planejamento e na qualidade do serviço de Transporte Escolar para o ano letivo de 2026?

5. Requer-se, ainda, o envio de todos os comprovantes de pagamento realizados às empresas responsáveis pelo transporte escolar no exercício de 2025, para que esta Casa de Leis possa exercer plenamente seu papel fiscalizador.

O pedido visa garantir a transparência na aplicação dos recursos públicos e o efetivo controle dos gastos municipais, assegurando que os recursos vinculados à educação sejam aplicados em sua devida finalidade.

**Plenário Venerando Ribeiro da Silva, 2 de fevereiro de 2026.**

**DR. THIAGO JOSÉ COLPANI**

Vereador/PL

